

---

## **Cartografando as subjetividades: técnicas de gestão estratégica da vida na província da Parahyba do Norte**

### **Mapping the subjectivities: techniques of strategic management of the life in the province of Parahyba do Norte**

*Edson Peixoto de Vasconcelos*

Professor de Sociologia da FACENE/FAMENE e  
Professor Substituto da Universidade Estadual da  
Paraíba, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais.

---

### **Medicina social e as tecnologias de gestão da vida**

Ao longo do século XIX o poder sobre os instrumentos de saúde foi centralizado. Instituições foram criadas para o controle da vida. Casa de saúde e outros tipos de instituições subestatais tornam-se, assim, autorizadas para fazer ou não o tratamento dos vivos, num tipo de estatização da saúde. Em contrapartida ao regime que pré-existia, o da “cura privada”, ou da medicalização particular, na qual os instrumentos de estado não eram ainda centralizados. Mas, o regime que existia até então não desaparece, mas é colocado à margem, afastado para os recantos onde o poder do Estado não chega<sup>1</sup>. Esse

---

<sup>1</sup> Sobre o confronto entre os regimes de medicina popular e a medicina pública, ver a reflexão de Keith Thomas sobre a Europa. (THOMAS, 1991).

**RESUMO:** As estratégias lançadas para administrar populações agrupadas numa determinada região podem compor uma história. Este texto pretende investigar essa história numa dada região do Brasil e seguir seus traços. Talvez isso esboce como o governo das massas, corpos e consciências tomou forma. Quais questões estariam relacionadas com este contorno de administração? Que tipo de trama pode ser encontrado entre políticas estratégicas e conhecimentos? Assim, qual saber estaria implicado naquelas relações? Então, o que será pronunciado nas próximas páginas é mais que uma história de nós. É uma história escrita com códigos internos de saberes administrativos. Focamos a problemática dessas tramas biopolíticas e suas implicações na feitura das subjetividades.  
**Palavras-chaves:** Sociologia; Biopolítica; Medicina Social.

afastamento ocorre num movimento fronteiro, levando as velhas formas de tratamento das moléstias para as bordas onde não eram alcançadas. Lá se permanecia fazendo as práticas corriqueiras.

Também se percebe, logo nas primeiras décadas do século XIX no Brasil, a preocupação premente com a implantação de incrementos administrativos. A aplicação desses instrumentos tem a intenção de um alcance provincial. Chegar até os recônditos; permitir que todos fossem conhecidos seja lá onde estivessem. Esquadrinhar seria um dos mecanismos: conhecer as regiões, seu relevo, seus principais obstáculos, sejam em termos de desenvolvimento da geografia, ou de um melhor direcionamento das populações para espaços adequados ao seu desenvolvimento. As viagens de técnicos estrangeiros são inauguradas. Franceses, alemães, ingleses e muitos outros cientistas de nacionalidades variadas serão contratados, com a incumbência de fazer uma cartografia desses espaços. Tudo era registrado<sup>2</sup>. Conheciam-se, ainda, muito pouco as terras que ficavam além da capital das províncias. Esses sertões difíceis de chegar, de cruzar e de entender; temos que ir até lá, diziam<sup>3</sup>.

Esse mapeamento também passa pela massa. O registro civil geral será necessário. Os registros eclesiásticos não traziam dados precisos sobre a população. O mesmo vale para os óbitos. O recenseamento tinha, entre outros motivos que possam ser destacados, o conhecimento da população, fazendo dela o que fosse julgado melhor, seja o controle, a circunscrição, o estímulo, dentre outras práticas demográficas (MATTOS, 1994, p. 256.). A estatística, esse dispositivo tão eficaz, tem como objetivo a população. Mas o que era a população? O que foi caracterizado como população a partir de determinado momento do século XIX, essa sensível mudança na forma de verificação e acumulação de informações?

---

<sup>2</sup>Um dos registros é feito no Relatório de Presidente da Província da Parahyba do Norte de 1853 (RPP-PB - 1853). Através de cartas, o Naturalista Brunét e o Retratista Bindseil narram suas experiências no interior da província.

<sup>3</sup>A comunicação era precária com os locais mais afastados da capital e o desejo que isso fosse resolvido pode ser visto nos relatórios provinciais (RPP-PB - 1841, p. 3).

Existe um texto que fala dela de maneira muito própria. Um documento sem igual, um exemplar do que seria essa nova investida estratégica no século XIX. O *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* é uma dessas obras. Thomaz Pompeo de Souza Brasil faz a reunião de tabelas, textos e informações que recheiam de ponta a ponta o livro. Há um trecho emblemático sobre o significado para as estatísticas no Brasil daquele período. Para que a estatística fosse, realmente, um tipo de saber consolidado, era fundamental o engajamento de todos. Dizendo de outra forma, nas palavras de Thomaz Pompeo:

A população é a alma do país, sua força, seu poder, sua riqueza, e sua glória. É a base das operações da estatística, e o tempo regulador de seus resultados. É preciso contar os habitantes de um país para conhecer-se o que eles podem tirar da terra, como subsistência, e para saber-se as forças com que o podem defender. Mas não basta conhecer o algarismo da população, importa ainda descobrir, nessa massa, as partes distintas que a constituem, suas relações, movimentos, e especialmente seu renascimento progressivo, seu crescimento ou declinação (BRASIL, 1997, p. 287-8).

Conceituação que em seu próprio escopo já delimita, claramente, o campo de atuação da ferramenta estatística. Enumera ao mesmo tempo em que agrupa em categorias. Vejamos um dado mais recente. Para o Dicionário Aurélio temos sete significações diferentes para o termo *população*:

- a) o conjunto de habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade;
- b) o número desses habitantes;
- c) conjunto de pessoas pertencentes a uma determinada categoria num total de habitantes;
- d) população estelar;
- e) grupo de indivíduos de mesma espécie vivendo no mesmo local;
- f) comunidade de seres vivos que se entrecruzam livremente, graças ao quê trocam entre si material genético;

g) conjunto de elementos com determinada característica em comum, cujas propriedades podem ser estudadas a partir de subconjuntos (amostras), universo (HOLANDA, 2004, s/p).

Portanto, são termos ligados a uma base que relaciona fatores econômicos, políticos, sociais, demográficos e biológicos. Voltando a Thomaz Brasil no que toca o estudo estatístico:

Para chegar ao conhecimento desses objetos a estatística estuda a população

1º. Em seu estado antigo, comparando-a à épocas diversas, e por períodos mais ou menos afastados;

2º. Em seu estado atual e condensação;

3º. Em seus movimentos internos, nascimentos, óbitos, casamentos e crescimento;

4º. Na diferença de sexos, idades e estado civil;

5º. Na diferença das raças

São estas as indagações que cumpre à estatística fazer para bem desempenhar o fim à que se propõe. Mas, é preciso confessar que ainda não alguma da Europa civilizada, apesar dos grandes progressos que a ciência estatística tem feito em alguns países, como na França, Bélgica etc. não pode reunir completamente todos esses dados, salvo talvez os Estados Unidos da América no seu censo decenal.

No Brasil, e especialmente nesta província (Ceará) não há um só desses dados completos. Também o elenco de meu contrato não pede esse estudo em todas as suas distinções (BRASIL, 1997, p. 287-8).

População articulada aos seguintes objetivos: maior alcance possível de grupos em um espaço que se torne o mais curto. Agrupamento das pessoas em espaços onde possam se colocar em ordenamento, sobretudo, através da articulação em atividades em comum, como a pecuária e a plantação de bens de subsistência. Elas são articuladas sob a opinião de que a avaliação das populações seria o aspecto mais importante. Essas populações começam a ser calculadas a partir de um planejamento estatístico fundado sob projeções aritméticas. A

demografia trata de lançar mão de artifícios, técnicas e estratégias, construindo um conhecimento detalhado. As estatísticas serão o principal dispositivo dessas ações. É colocado à disposição todo o tipo de processos: contagem, catalogação e registro. A população será o objetivo específico, o fundamento principal e limite último de sua atuação.

Percebe-se como a estatística recebe uma importância cada vez maior sobre o seu ramo de saber. Cada vez mais são criadas atribuições. Surgem novos alvos por sob esse saber que esboça suas primeiras ações. Mas como a estatística é produzida nesses primeiros períodos da sua formação? Com relação aos censos, eles poderiam ser feitos de muitas formas. Desde a contagem *per capita* feita pelos delegados, juízes e responsáveis de cada cidade, ou mesmo pela quantidade de alimentos e pelo consumo de carne. Tudo feito aos poucos, mas com resultados precisos demonstráveis em gráficos, quadros e tabelas de estudos demográficos.

Todas essas estratégias estão incluídas em um conjunto de práticas que dizem respeito a um novo objetivo político dos últimos tempos. Cada vez mais se percebe uma aproximação de ações estratégicas, de técnicas de intervenção sobre o que se entende como corpo, saúde e higiene.

### **Biopolítica da população<sup>4</sup>**

Antes de tudo é preciso recorrer a certas observações a respeito da própria noção de biopolítica. A noção de biopolítica da população como conhecemos foi esboçada por Michel Foucault em vários lugares. Entre eles podem-se destacar dois

---

<sup>4</sup> Parte deste item baseia-se em pesquisa iniciada em 2003 vinculada ao grupo de “Estudos de Intolerância, Violência e Democracia”, sob orientação do Dr. José Ernesto Pimentel e que abriu oportunidade para um trabalho de conclusão de curso da Licenciatura Plena em História da UFPB intitulado “Michel Foucault: o fazer das lutas e das guerras” (VASCONCELOS, 2005). Mais dois trabalhos foram publicados a partir desta pesquisa. Um artigo, publicado na Revista Aulas da Unicamp intitulado “Foucault: da microfísica à biopolítica” (PIMENTEL FILHO; VASCONCELOS, 2008).

momentos: em um primeiro momento, ela é ensaiada nas últimas páginas da *história da sexualidade 1*, onde Foucault demonstra a emergência do estudo sobre o tema (FOUCAULT, 1999b); o segundo ponto diz respeito aos cursos no *Collège de France*. Nos cursos pode-se perceber, de forma mais cuidadosa, a quantidade de observações que o autor faz sobre o conceito, podendo esboçá-lo em várias ocasiões. A palavra “esboço” tem uma razão óbvia, pois a biopolítica como está sendo referida aqui não é uma noção que foi totalmente elaborada pelo autor e sim rabiscada, colocada à prova várias vezes. Misturada e verificada em muitos momentos de suas pesquisas. Funcionando assim como uma chave importante de significação do pensamento contemporâneo ocidental.

No mesmo ano de publicação de **A vontade de saber**, Foucault também ministra o curso **Em defesa da sociedade** (FOUCAULT, 1999a). Facilmente identificamos na aula do dia 17 de março de 1976 uma longa explanação a respeito dos problemas relacionados à biopolítica e seus efeitos. Mais a frente, cursos dedicados especificamente a problemática do poder sobre a vida. O curso de 1978-1979 terá um nome muito significativo: **Naissance de la biopolitique** (FOUCAULT, 2004a). Notadamente, anteriores e subsequentes a esse teremos **Segurança, território e população** e **Do governo dos vivos**. Quer dizer: mesmo que o autor não tenha aprofundado a noção de maneira consistente, em uma publicação onde pudesse distribuir seus pontos de vista sobre a temática, acabou fazendo isso em todos esses momentos já listados aqui mostrando claramente como a ideia da biopolítica é algo emergente, fértil e prolífico para a análise da sociedade ocidental.

Portanto, a limitação e a emergência da noção em **A vontade de saber** não significam fragilidade dos instrumentos ligados a biopolítica. Como toda ideia no campo científico está pendente a verificações e limites, o que foi trabalhado por Michel Foucault nos cursos, entrevistas e publicações mostra que a aplicabilidade das técnicas esboçadas sobre a ideia de biopoder está fundamentada em torno de

um conjunto de temas abordados por uma crítica ao capitalismo e aos modos de subjetivação na sociedade contemporânea ocidental<sup>5</sup>. Sua emergência só demonstra o quanto pode ser frutífero para o estudo dos processos ligados a vida e suas variantes. Inspirado em Rabinow, a noção de biopolítica utilizada de maneira cirúrgica, precisa, relacionada a investigações atenciosas, empíricas e sujeita ao desenvolvimento inventivo, artístico, "(...) certamente teria lugar como uma parte chave em um conjunto de ferramentas analíticas adequado para o diagnóstico do que Gilles Deleuze (1989) denominou de 'futuro próximo'." (RABINOW, 2007, p. 54).

Mas, afinal de contas, o que seria inicialmente a biopolítica? A biopolítica é um conjunto de técnicas que seriam divididas inicialmente por dois polos. Segundo Paul Rabinow esse dois polos estariam organizados da seguinte forma:

(...) um polo do biopoder foca em uma anatomopolítica do corpo humano, buscando maximizar suas forças e integrá-lo em sistemas eficientes. O segundo polo consiste em controles reguladores, uma biopolítica da população, enfocando nas espécies do corpo, o corpo imbuído com os mecanismos da vida: nascimento, morbidade, mortalidade, longevidade (RABINOW, 2007, p. 28).

Nesse sentido, o termo biopolítica assumiria um papel específico. No entanto é preciso fazer algumas ressalvas. A biopolítica ficaria relacionada a toda estratégia sobre a vida coletiva, como também sobre o conhecimento e sobre as práticas de que são desejáveis, legítimas e eficazes. A novidade disso tudo é identificar o termo como um conjunto de técnicas que também geram positivities. Com isso, para Rabinow, Foucault acabou se distanciando ainda mais da visão de que tal poder sobre a vida seria indubitavelmente prejudicial (RABINOW, 2007, p. 32).

<sup>5</sup> Notadamente em DELEUZE (1997) e DELEUZE (1988).

Sem dúvida nenhuma temos uma novidade no século XIX: a assunção da vida pelo poder<sup>6</sup>. Ainda, segundo Rabinow, esses polos foram unificados dentro de uma série de grandes tecnologias do poder.

Estabelecendo-se de tal maneira, novos tipos de disputa política puderam emergir, nos quais “a vida como um objeto político” se voltava contra os controles exercidos sobre ela, em nome de reivindicações de um “direito” à vida, ao próprio corpo, à saúde, à satisfação das necessidades (RABINOW, 2007, p. 32)

Portanto, uma tomada do homem biológico pelo Estado. Para falar disso é importante voltar-se para a soberania política clássica para tentar compreender o que se passa então. Na teoria clássica de soberania o rei tinha o poder de vida e de morte com relação aos súditos. Este direito se colocava como fundamental para o exercício da soberania. Mas, o que seria ter o poder de vida e de morte? Falar que na soberania política o soberano tem o poder de vida e de morte significa dizer que ele pode fazer morrer e deixar viver, e que isso, para o soberano, significava ter o poder de tirar a vida ou deixar viver, tendo como representação máxima os espetáculos do suplício e de pena de morte, como exemplo (FOUCAULT, 1987).

Nada nessa relação há de natural. Nem a morte, nem muito menos a vida são termos comuns e naturais, eles estão fora do poder político. Ao soberano cabe a decisão de punir o culpado ou relaxá-lo de seus crimes. Está em suas mãos o poder de decidir quem morre e quem vive. Seu poder se prolonga continuamente, seja no perdão da culpa ou, sobretudo, no espetáculo proporcionado pelo suplício. Portanto, no limite, quem decide entre a vida e a morte é o soberano. Percebendo mais de perto, o súdito está na posição neutra em relação ao poder. Não há, nem a

---

<sup>6</sup> Para fundamentar esta breve reflexão histórica, utilizo-me de trechos da reflexão que está no fim do curso dado no *Collège de France* em 1976 por Michel Foucault. O curso se chama *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999a). Na última aula, o autor começa a delinear aquilo que faria parte dos seus estudos posteriores: a problemática das novas técnicas de poder no século XIX. As novas investidas do poder na vida e na população.

*priori*, a escolha pela vida, muito pelo contrário. Aí se pode encontrar a contradição no exercício do poder soberano (FOUCAULT, 1999a, p. 286).

O soberano tem o direito de vida e de morte. Para se exercer esse direito, o desequilíbrio entre deixar morrer e deixar viver é fundamental. Desta forma, a prática do poder não se exerce de maneira equilibrada, muito pelo contrário. O soberano possui o poder sobre a vida por ter antes o direito de exercer o poder sobre a morte. Em outras palavras, é porque o soberano pode matar que ele tem o poder sobre a vida. Então, o exercício soberano coloca-se a partir do *direito de fazer morrer ou deixar viver*. Mas, é no século XIX, que se instala esta nova forma de exercer o poder: ela vem a completar essa arte do direito soberano de fazer morrer e deixar viver, penetrando e, ao mesmo tempo, modificando. Este poder quer, portanto, inverter esse direito: ele quer “fazer” viver e “deixar” morrer (FOUCAULT, 1999a, p. 287).

Esta ideia não surge do nada. A filosofia política do século XVII e XVIII já esboçava a defesa da vida em contrapartida da morte. A noção de guerra civil em Kant tem esse sentido<sup>7</sup>. Deveria se viver num mundo onde as leis universais fossem seguidas, e seria desejável pela natureza uma sociedade civil governada por leis e um estado cosmopolita. Na noção de contrato social fala-se do direito da preservação da vida como sendo um dos direitos fundamentais. Reunir-se para escolher um soberano tem como principal motivo o perigo e a necessidade. Portanto, é para poder viver que se constitui um soberano.

Estas são as articulações propostas no nível da filosofia política que problematizam o que põem como exemplares para demonstrar como a vida toma cada vez mais importância no campo da política. O caminho tomado aqui não segue a teoria política, mas sim, os mecanismos, as técnicas, as novas tecnologias de poder que serão postas neste momento. São novas técnicas, outras formas de se

---

<sup>7</sup> Sobre a noção de guerra civil, ver KANT, 1989.

exercer o poder. Elas são construídas no século XVIII, mas terão um campo de aplicação já nas primeiras décadas do século XIX.

Essa tecnologia de poder se aplica a outra coisa. É um poder que direciona a vida, a vida dos homens. Ao homem-espécie, colocado como ser vivo, fixado como organismo. Contudo, essa nova tecnologia não se resume ao homem como corpo, ela se dirige aos fenômenos mais globais, mais gerais. Vai afetar os processos ligados à vida, como o nascimento, a morte, a doença, a produção, o casamento. Nesse sentido, não será a individualização que se coloca, mas a massificação; não o homem-corpo, mas o homem-ser vivo. Por fim, vemos aparecer uma “biopolítica” da espécie humana. Dispositivo que envolve a atuação sobre esses modelos específicos, cumulativos de interferência nos aspectos mais ínfimos. Ele se desenvolve sob processos e instituições de caráter estatal e subestatal, sobretudo. Não estando ligado a um movimento que possa ser considerado superestrutural, nem muito menos que se considere universal em seus mecanismos. Segundo Paul Rabinow:

(...) corpos não-estatais têm exercido um papel nas disputas e estratégias biopolíticas desde a origem do social – organizações filantrópicas, pesquisadores sociais, grupos de pressão, médicos, feministas e outros tipos de reformadores, todos tem operado sobre o território do biopoder (RABINOW, 2007, p. 37).

Ao considerar um campo de interesse maior para sua atuação, fenômenos como a biopolítica da população não estão diretamente ligados ao Estado, como instituição universal. É importante deixar claro que o desenvolvimento dos instrumentos ligados à análise, captura, leitura e definição das informações e as formas de se atuar a partir disso também serão vistas naqueles órgãos que não estão diretamente vinculados a qualquer iniciativa de aparência universal. Mesmo que isso seja percebido em alguns momentos, o fato só vem a confirmar outras questões que não estão ligadas a nada que seja considerado como projeto global, estatal ou mesmo universal. O fluxo dessas informações só faz chegar a evidências

semelhantes. Tal estratégia atua em um nível molecular. A transformação da casa e da família em uma máquina para a saúde, a educação e a requisição de mães como trabalhadoras auxiliares no cuidado com a saúde de seus filhos são alguns exemplos (RABINOW, 2007, p. 37).

Questionamentos relevantes: sobre que objetos esta biopolítica da espécie humana pretende atingir? Quais os processos da vida que ela quer alcançar? Processos como os de natalidade, mortalidade e de longevidade se articulam a uma série de outros de ordem política e econômica. Eles serão os principais campos de saber e alvos dessa biopolítica. É, então, que se lança mão de incrementos para a melhor captação destes processos. Um deles é a estatística que será de fundamental importância, sobretudo, no que toca a medição dos fenômenos da natalidade. Mas, não só o problema da natalidade será tocado. A morbidade fará parte do esquema da biopolítica. Não a morte que vem como que para partir a vida de maneira monstruosa, mas como a morte que se prolonga, que se instala permanentemente sobre a vida. Sairíamos da epidemia como fenômeno brutal sobre a vida, para a doença como fator global (FOUCAULT, 1999a, p. 290-291).

A presença da morte no corpo biológico se coloca em uma posição onde, na forma, a mortalidade fica sob o eclipse de uma vida sempre estimulada. Ao ser prolongada, levando em conta os dispositivos biopolíticos, a morte também se revela menor, haja vista que seu nível de potencialização em torno de um devir morbidade se torna leve ante o devir vitalista que o regime biopolítico instala no homem como espécie biológica. Mesmo que se prolongue e esteja presente durante toda a vida, em contrapartida está sempre no limiar, diminuída. Limitada por uma relação onde a saúde e vida estão sempre em afirmação. Talvez desse modo não seja percebida, mesmo que esteja ali à espreita, olhando e deslizando pelos recônditos, aonde esse discurso vitalista não é percebido.

Através de um viés sociológico pode-se perceber como a morte é encarada de uma maneira diversa a esta que aqui é posta. Por exemplo, para Norbert Elias, a morte é percebida como uma espécie de recalque organizada de duas formas. No plano individual, onde a noção de recalque freudiano pode ser aplicada, um conjunto de mecanismos psicológicos de defesa pelos quais experiências da infância bloqueiam o acesso a memória. Por conseguinte, na segunda forma, o recalque de caráter social teria um aspecto de impulso civilizador. Os aspectos relacionados às características individuais e, sobretudo, aos aspectos sociais, dariam um impulso civilizatório a partir de novas sensibilidades construídas, no limite, a partir dessa pulsão de morte (ELIAS, 2001, p. 16).

Haveria, então, a partir disso, um rebuscamento cada vez maior das questões relacionadas ao ato de morrer e todas as cerimônias criadas para este ato. O fato de Elias considerar uma modificação tão profunda na sensibilidade da civilização ocidental que faz com que o ato de morrer se torne cada vez mais afastado dos grupos sociais em geral, não esgota as observações que possam ser feitas a este respeito. Ao formular a hipótese sobre o recalque, Elias deixa de considerar a aleatoriedade da escolha de não se dar mais a importância que anteriormente se dava ao ato de morte entre as pessoas. A opção em não enterrar o morto com a mesma “pompa” pode ter sido uma simples escolha. Algo que começou a acontecer a partir de um determinado momento sob um campo onde as características anteriores que davam respaldo aquela cerimônia não estão mais presentes.

Outro ponto da biopolítica: a preocupação que começa a aparecer da espécie humana com o seu meio. Os humanos, como seres vivos, e o seu meio de existência, problematizando este meio como criação da população. Território de formação de costumes, saberes, dialetos, discursos e todo o tipo de captação de informação. Espaço de cartografia, onde a população se articulava por sob os códigos, os signos. Meio que pode ser chamado de sociabilidade, montado em

torno da sociedade vista em sua forma coletiva e estimulada a partir da análise das potencialidades e falhas. A dinâmica sempre passará por esses códigos: estímulo, falha, estratégia, combate. Linguagem de guerra no enfrentamento, criação e afirmação de dispositivos de novo tipo. Recapitulando, portanto, a natalidade, a morbidade e os efeitos do meio como pontos em que a biopolítica vai extrair o seu saber para se localizar e definir o campo de intervenção do seu poder.

A biopolítica vai atingir os processos da vida. Natalidade, mortalidade e longevidade se articulam a uma série de outros de ordem política e econômica. É nisso que se lança mão de incrementos para a melhor captação destes processos. A estatística como um deles, instrumento de medição desses fenômenos.

Para terminar, três elementos. O primeiro: a noção de população que a biopolítica vai lidar. A população como problema político, científico, biológico e de poder (FOUCAULT, 1999a, p. 292). O segundo: a consideração dos efeitos de natureza. Eles são estabelecidos partindo-se da massa, em sequências passíveis de serem estabelecidas. Com isso, só são percebidos na duração, num tempo longo. O terceiro e último: a biopolítica irá implantar técnicas, estatísticas, medições, aparelhos cada vez mais globais em busca dos fenômenos onde eles são mais gerais e universais (FOUCAULT, 1999a, p. 293). É importante que se diga, mais uma vez, que essas regulações não se encontram exclusivas no nível estatal, pois também estão fora dele, em instituições subestatais, nas instituições médicas, nos seguros, nas caixas de auxílio, enfim.

A partir da reflexão sobre a gestão das populações partindo das estratégias biopolíticas e da mudança que aconteceu entre os séculos XVIII ao XX, tem-se alguns exemplos que podem ser observados. Não só simplesmente observados, mas a observação vai pressupor uma problematização do ponto de vista de um historicização crítica a partir da sociologia. Sendo assim, o que acontece para que uma percepção cada vez maior sobre as populações comece a surgir, enfatizando a

emergência de uma política preocupada com os movimentos das massas e seu meio de circulação? Que questões estão imanentes a institucionalização de determinados saberes? No caso, a articulação específica entre os saberes, sociológico, médico e histórico?

### **Introduzindo o saber médico, sociológico e histórico**

A saúde pública na província da Parahyba do Norte começou como preocupação dos médicos e administradores públicos em um período muito recente. É do fim do século XIX e início do XX que se encontra a maior parte da literatura que versa sobre o tema. Tratados, artigos em jornais e decretos, sobretudo. Nesse momento, vê-se com muita clareza a ideia de se cuidar de um grupo cada vez maior de pessoas. Mas, não só isso: vê-se também como questões relacionadas à doença e saúde, morte e vida, vão sendo modificadas e instauradas em outro ponto de convergência.

Esse tempo não obedece aos preceitos de classe, de mentalidade, nem de destino manifesto. Esse acontecimento é algo descontínuo na paisagem vislumbrada, não segue uma cronologia dentro do saber histórico-médico. O saber médico seguiu o caminho diverso no interior desse regime discursivo que se esboçava. Não seguiu um trajeto delimitado antecipadamente, que levou a uma gradual modificação nos conceitos e práticas. Esse corte foi sucinto. No entanto, profundo. Essas ideias surgem de um caminho que foi seguindo direções aleatórias, transpassadas por um contínuo enfrentamento entre conjuntos de regras. Dessa tensão nasceram conjuntos discursivos, camadas de falas e acontecimentos formadores de uma crosta volumosa, recheadas de regimes de verdade; saberes e poderes. São, assim, da ordem do aleatório e não do linear. Desmantelá-los indica, no limite, que há algo que os aproxima dos objetos estriados e não lisos.

Esse território, instante de um saber de novo tipo, coloca uma série de mudanças no campo estrutural, assistencial, biológico e político. Mudanças que articulam o biológico e o político e que tornam esse duplo o objetivo a ser perseguido e a ponta de lança no enfrentamento entre as forças que deveriam ser focadas. Ou seja: a falta de estrutura, de higiene, de padronização. O raciocínio segue o roteiro elementar de um governo. De que governo está se falando aqui? Ora, o governo significaria todas as várias maneiras, modalidades e possibilidades que existem de guiar os homens, de dirigir suas condutas, de restringir suas ações e suas reações. Essa caracterização de governo se ampliaria não só para as coisas ordinárias como também para aquelas de longo tempo. O governo das crianças, de uma casa, das famílias, etc<sup>8</sup>.

O objetivo baseava-se em habilitar determinadas tecnologias sociais que alimentassem um maior rendimento da população tendo o menor gasto possível. A arte de governar agirá assim, mas não se limitará a isso. Da mesma forma, a biopolítica se estabelece em uma série de práticas. As iniciativas sob a gestão governamental colocam-se sobre o maior número de pessoas possível, sob os cidadãos que estivessem no interior de um tipo de articulação política, direcionando fluxos e estratégias que tem como objetivo, dentre outros, aumentar ou diminuir índices, levando em conta as estatísticas apreciadas.

Na verdade, a melhor palavra para isso seria administrar. Governar grupos sociais. As noções de população e estatística se articulam dentro de um saber sobre os agrupamentos humanos: a demografia. Como gerar estratégias para um grupo

---

<sup>8</sup> A definição de governo posta neste trecho baseia-se na proposta lançada por Michel Foucault na primeira sessão do curso *Naissance de la biopolitique* (FOUCAULT, 2004a):

*“Art de gouverner”, vous vous souvenez dans quel sens très étroit je l’avais entendu, puisque le mot même de “gouverner”, já l’avais utilisé en laissant de cote toutes les mille manières, modalités et possibilites que existent de guider les hommes, de diriger leur conduite, de contraindre leurs actions et leurs réactions, etc. J’avais donc laissé de côté tout ce qu’on entende d’ordinaire et tout ce qui a été entendu longtemps comme le gouvernement des enfants, le gouvernement des familles, le gouvernement d’une maison, le gouvernement des âmes, le gouvernement des communautés, etc. (p. 3).*

cada vez maior sem lançar mão de instrumentos de leitura desses dados? Por isso a demografia será uma das máquinas usadas no conhecimento desses grupos. A demografia como um saber sobre as populações.

Dados, formulários, censos, normas e regimentos serão criados no esteio dessas políticas. Manuscritos com a forma e o conteúdo direcionados para retirar uma verdade que se torne norma e a norma que se torne regra. A exceção não interessa. A exceção só viria a confirmar a regra. Portanto, não importam os pequenos casos. Para um saber que objetiva a população e um número de centenas de pessoas, os pequenos casos não ficam mais no foco do conhecimento. Tornam-se casos-limites.

No século XIX observam-se algumas leis e decretos que versam nesse sentido. Desde o código criminal de 1831, às leis ligadas ao registro obrigatório de casamento, nascimento e óbito, mais precisamente o decreto 798 de 1851; o censo geral, os debates sobre a sua criação, decreto 797; a nova lei de recrutamento, lei nº. 2.556 de 1874; o novo sistema de medição, lei 1.157 que institui os pesos e medições métricas. Medidas colocadas pelo governo imperial quase simultaneamente a todas as províncias do Norte.

A regulamentação dos pesos e medidas; a obrigatoriedade do registro dos nascimentos não mais sendo na igreja e sim em cartórios civis; o deslocamento dos enterros para locais afastados da cidade; além das normas para o armazenamento e conservação dos alimentos. Começa-se a não mais tomar o peso das mercadorias como antes. Não se podiam vender produtos ao ar livre nas feiras, sem o pagamento de impostos. Para nascer, morrer ou casar, não se recorria mais às igrejas, mas aos cartórios. Nada mais era igual: não se nascia, morria ou pesava como antes. Uma regulamentação está sendo feita. Aos poucos, vê-se um movimento de rearranjo administrativo.

Mas, é no século seguinte que algo começa a surgir. Algo pouco dito, geralmente escamoteado, diga-se de passagem, por muito pouca observação,

algum desinteresse, por que não? Ou, por outro lado, clara posição estratégica. Realmente algo começava a aparecer. Ideias, modas, máquinas misteriosas. No interior das províncias uma realidade a ser conhecida. Recantos onde vai ser necessário conhecer mais. Para isso, um regime político e de conhecimento do meio. Não tão misterioso quanto às máquinas controladas pelos mecânicos europeus, mas com uma complexidade semelhante. Vejamos o caso da Paraíba através das lentes de José Américo.

### **A Paraíba e seus problemas<sup>9</sup>**

José Américo de Almeida se destacou como administrador, ministro de Estado e habilidoso parlamentar, dedicando algumas páginas de *A Paraíba e seus problemas* – análise minuciosa sobre uma complexa quantidade de características regionais e a identificação dos problemas a ela relacionados –, aos regimes político-sanitários da região. Especificamente, sua história, seu desenvolvimento e seu estado atual. Até então, as condições de salubridade pública na região eram julgadas excepcionais. Ressaltava, no entanto, que, em alguns momentos, mesmo a região sendo salubre, ainda se precisava de certa atenção ao que chama de “vícios higiênicos”. Sendo assim, não se vinculariam, naquela época, certas manifestações mórbidas a fatalidades de natureza exterior, mas ao hábito no trato da higiene.

Tudo favorecia a vitalidade das populações que residissem na província. Seu tipo climático favorável às funções vitais. Uma temperatura média e umidade amena. Mesmo em dias de temperaturas altas a irradiação noturna compensaria o calor. Naturalmente, o estado da província propiciava um ambiente salubre a todos. As medidas relacionadas à saúde das populações, a rigor, só eram tomadas

---

<sup>9</sup> Este sub-item pauta a maior parte das suas informações na pesquisa efetuada ao estudo homônimo feito por José Américo de Almeida na década de 30 (ALMEIDA, 2004).

em um regime de contingência. Não havia, até então, a preocupação com um movimento de prevenção sanitária.

Os planos que apareceram eram condicionados aos surtos epidêmicos ou ao estado das instalações encontradas no momento, haja vista que, no período aconteceram vários surtos epidêmicos. Destacaram-se o surto colérico e o da disenteria. Em 1912 a peste bubônica chegou até a cidade de Campina Grande, principal entreposto entre a capital e o interior, deixando um saldo de várias baixas. O nível de ocorrências de doenças transmissíveis sexualmente aumentou na área que abrangia o litoral. Uma das explicações para o aumento vertiginoso nos casos de doenças como a sífilis era o desenvolvimento do comércio bovino. Segundo José Américo, com a comercialização do gado, que se aprofundava interior adentro, cresce também o número de prostíbulos e de fatores de perigo. Outro surto foi o de gripe que aportou na capital. Milhares de pessoas morreram, a maior parte delas eram de indigentes. Em fins do século XIX a Província da Parahyba do Norte é condenada insalubre. A cada ano a situação só agravará. Mas por que tudo isso acontece, aparentemente, do dia para a noite? Até então, o território provincial era recomendado como ideal para se viver. O que houve para que tudo se tornasse tão perigoso?

Em certo ponto José Américo elenca aquilo que viera a tornar a região ao longo do tempo um território insalubre. Desse ambiente advinham muitas das doenças que contaminavam a cidade como um todo. A causa da insalubridade estaria localizada em lugares muito específicos e, sendo assim, poderiam ser atingidos com medidas imediatas. A luta para se voltar a ter um espaço salubre era intensa. O estado da salubridade pública na região sempre foi uma característica elogiável. Todos que visitavam a capital destacavam seu clima e sua estrutura como pontos importantes. Contudo, esse quadro se modificou no início do século. A província foi se tornando perigosa, fedorenta, medonha. Nas suas ruas era concentrada toda sorte de problemas. De lixo a cadáveres. O centro dos problemas

estava em alguns focos de preocupação que afligiam os médicos a muito. Dessa vez, definitivamente deveria ser abolido.

Três pontos de preocupação: ruas, becos e armazéns. Além disso, os cemitérios que a cidade possuía; a Lagoa, os matadouros, o rio Jaguaribe. Os cemitérios causavam repulsa nos sanitaristas. Sobretudo, o principal deles: o Senhor da Boa Sentença, que era atacado por não ser adequado para o enterro dos mortos. Além dele, a Lagoa vai ser um local de recorrentes problemas.

A Lagoa fica localizada bem no coração da capital da província. Local de escoamento das águas que vinham de várias regiões e de todos os lados. Por se tratar de um terreno em forma de funil, a Lagoa possuía uma geografia que proporcionava o acúmulo de água e, por conseguinte, de tudo que pudesse ser deslocado com ela. Sua localização preocupava a todos, por ser região limite entre o rio e a cidade. Dali proliferava toda a sorte de insetos portadores de doenças. Local onde se misturavam pessoas e animais.

O rio Jaguaribe também percorre todas as reclamações dos administradores. Isso por dois motivos: por ser um local de transmissão de doenças, com águas poluídas onde se despejava todo tipo de material, e por estar em proximidade de outro local de grande contágio: o litoral. No litoral se localizavam pântanos que, segundo os sanitaristas, traziam emanções miasmáticas que atingiam a todos que habitavam a capital. Por se tratar de terreno distante da cidade não foi motivo de preocupação durante anos<sup>10</sup>. Agora, na primeira década do século que se inaugurava, o século vinte, muitas famílias se deslocavam para o litoral a fim de passar a temporada do verão junto ao mar. Cercado de pântanos, mangues e rios, que na maior parte do tempo tinham um contato constante com as águas vindas do mar, o litoral também dava oportunidades para o aparecimento de doenças que

---

<sup>10</sup> As praias ficavam a 6 km do centro da cidade e eram consideradas regiões fora do município da capital.

envolviam a mistura entre calor, mar, umidade e os rios. Doenças típicas do verão também preocupavam os médicos, como manchas e a ocorrência de micróbios na pele.

Os matadouros e ruas também eram locais de muita preocupação dos médicos. Com um agravante: além da sujeira e da falta de instalações apropriadas por parte do matadouro, ainda existia o agravante que dali saía à carne que alimentava a todos. Como o matadouro, o estado das ruas sempre era o mesmo: sujeira, animais mortos deixados ao relento.

Antes, local aconselhado por todos como sendo benéfico à saúde. O meio físico da Paraíba é extraordinariamente propício ao desenvolvimento da vida humana, diziam (ALMEIDA, 1994, p. 477); a região da capital recebia o veredicto de um local que começava a mostrar sintomas de uma doença grave. Isso precisava de medidas profiláticas urgentes. Segundo Américo,

(...) a higiene moderna, em seu conceito biossocial, tem uma ampla função de solidariedade. Só uma intervenção positiva alcança realizar essa finalidade em meios de incipiente iniciativa privada. É nesta a sua missão curativa e profilática (ALMEIDA, 1994, p. 432).

Em 1911, no governo de João Machado, é organizada a Repartição de Higiene Pública. O órgão agiu em serviços como os de vacinação, vigilância médica, desinfecção e polícia sanitária. Serviço sanitário que abrange o estado e o município, organizado por áreas articuladas a partir de cinco delegacias. Reformas em todos os cantos, essa era a nova política administrativa no início do século. Segundo Rabinow, essa é uma característica comum em muitos lugares:

(...) no século XX, os Estados não apenas desenvolveram ou apoiaram mecanismos de segurança, mas também acolheram, organizaram e racionalizaram os fios soltos da provisão médica, especificaram e regularam padrões de habitação, engajaram-se em campanhas de educação de saúde e coisas similares (RABINOW, 2007, p. 38)

O que será planejado, a partir de então, é uma série de intervenções profundas no território. Desde a aplicação do saneamento rural e profilaxia; um dispensário venéreo; o plano de construir um canal que ligasse o rio Jaguaribe ao rio Mandacaru; o aterramento dos pântanos e de barreiras; drenagem de áreas; remoção de lixo; construção de gabinetes sanitários; até o atendimento a várias doenças (ALMEIDA, 1980, p. 470-472). Outras medidas sanitárias: proposta de fechamento do cemitério Senhor da Boa Sentença; fiscalização dos gêneros alimentares; política sanitária marítima; repressão ao alcoolismo; educação higiênica (ALMEIDA, 1980, p. 476).

A modificação das casas e a sua padronização foi também outra modificação sensível, sobretudo, na paisagem urbana da capital da província naquele momento. O que perpassa essa ideia é a noção de como a vida humana pode ser um fator de riqueza. Nesse sentido, para habitar de forma adequada, a disposição dos cômodos deveria ser modificada. Havia uma variação muito grande de temperatura entre os lugares e uma precária ligação de corredores entre os compartimentos de trabalho e de repouso. A chamada “alcova” era um fator de preocupação constante<sup>11</sup>. As habitações confrontavam as primeiras reformas urbanas colocadas em pauta na época. Também se necessitava de uma intervenção direta em todos os aspectos, incluindo aí, a moradia e a forma de habitar da população.

Houve uma ampla reforma urbana, que abrangeu a capital Parahyba e o reordenamento de uma série de avenidas que ficavam nos arredores de seu centro. Para isso, uma das práticas administrativas correntes a época era proceder em um

---

<sup>11</sup> Ver COSTA, 2004.

processo de desapropriação para o alargamento de avenidas e a abertura de ruas, tentando resolver, dessa forma, o problema da insolação e da ventilação<sup>12</sup>.

Segundo a avaliação de médicos, políticos e, principalmente, do trabalho junto à demografia, com medidas como o fechamento do cemitério da Boa Sentença e a abertura de outro em terreno mais apropriado, a fiscalização rigorosa dos gêneros alimentícios, a polícia sanitária marítima, a repressão ao alcoolismo e a propaganda de educação higiênica ampla, principalmente nas escolas, decresceria ao índice mínimo a mortalidade na Parahyba. Entre outros motivos, isso viria a beneficiar, sobremaneira, a vida da população. Estratégias políticas contra a morbidade. Em longo e médio prazo, essas reformas causariam impacto no cotidiano de todos, deixando marcas claras em vários lugares. Nas intimidades, nos jeitos, nos modos, nas consciências. Finalmente, nas vidas como um todo.

### **Considerações finais**

Havia, na intervenção estatal, uma dimensão propriamente "civilizacional", expressa em um conjunto de regulamentações aplicado a várias atividades econômicas e culturais: desde a proibição de venda de miúdos em tabuleiros e da ordenha de vacas nas ruas, passando pela repressão à mendicidade pública e a hostilidade aos ambulantes, até a normatização de várias diversões populares, como o entrudo, o carnaval e as serenatas. Os regulamentos sanitários que estabeleciam as circunstâncias que cercavam o combate às epidemias também traziam diversos dispositivos da mesma natureza. Ou seja, mais do que simplesmente dar outra conformação espacial e social a região, importava torná-lo um lugar "civilizado" em suas paisagens e seus costumes. Reivindicações, nesse sentido, podiam ser ouvidas partindo de políticos, governantes e "homens de *sciencia*".

---

<sup>12</sup> A leitura de Sidney Chalhoub sobre as modificações na cidade do Rio de Janeiro é recomendável para uma abordagem mais aprofundada sobre o tema. (CHALHOUB, 1999).

Coloca-se novamente diante do problema da "civilização", da sua restrição a alguns poucos "bolsões de racionalidade" e da necessidade ou da possibilidade de seu avanço sobre a maioria da população. E seria fácil demonstrar como esse problema tinha, na verdade, adquirido uma repercussão muito mais geral e constava na agenda de discussões entre a intelectualidade brasileira desde pelo menos as últimas décadas do século XIX. Tratava-se de um tema para o qual convergiam, por exemplo, as preocupações de um cientista como Nina Rodrigues, de um literato como Euclides da Cunha e de vários escritores naturalistas do final do século.

Uma das questões que mais os incomodava dizia respeito exatamente à viabilidade do Brasil como nação problemática, especialmente, em virtude da coexistência de múltiplos grupos raciais. Dúvida que se manterá nas décadas de 20 e 30, em torno das recorrentes teorizações sobre o "caráter" e a "psicologia" nacionais. Recebendo respostas mais otimistas ou mais pessimistas, tal debate mobilizou segmentos consideráveis de nossa intelectualidade e as obras de Monteiro Lobato e Gilberto Freyre não podem ser entendidas sem que nos remetamos a essas discussões. Lembremos, ainda, que delas faziam parte toda a primeira geração de modernistas, com seu elogio do "primitivismo mulato" e os ideólogos do Estado Novo. Agora, os argumentos não giravam apenas em torno da diversidade racial, mas abrigavam, também, considerações sobre nosso passado colonial, os costumes rurais e as crenças "supersticiosas" de uma boa parte da população.

**Mapping the subjectivities: techniques of strategic management of the life in the province of Parahyba do Norte**

**ABSTRACT:** The strategies launched to manage populations which are grouped in a specific region can be written as a history. This text intends to investigate this history in a given region of Brazil, and follow its traces. Maybe it sketches how the government of masses, bodies and consciences took shape. What questions would be related with this face of managing? What kind of plot is placed between strategy policies and knowledge? So what knowledge would be implicated inside those relations? Therefore, what will be pronounced in the next pages is more than a history of us. It is a History written through the internal codes of administrative knowledge. We focus the problematic of these biopolitical plots and its implications into the making of subjectivities.

**Keywords:** Sociology; Biopolitics; Social Medicine.

**Referências**

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, Diretoria Geral de Cultura, 1980.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Qu'est-ce qu'un dispositif? Michel Foucault, philosophe**. Paris, Editions de Seuil, 1989.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France. (1978-1979)**. Paris: Gallimard, 2004a.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population : Cours au Collège de France (1977-1978)**. Paris: Gallimard, 2004b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

PARAHYBA DO NORTE. Exposição feita pelo Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque na qualidade de Presidente da Província da Parahyba do Norte. Parahyba: Typographia José Rodrigues, 1853.

PARAHYBA DO NORTE. Falla, com que o Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Doutor Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, abriu a segunda sessão da terceira legislatura da Assembleia Provincial no anno de 1841. Pernambuco: Typographia Imparcial de L. I. R. Roma, 1841.

PIMENTEL FILHO, Ernesto; VASCONCELOS, Edson. Foucault: da microfísica à biopolítica. In: ALMEIDA FILHO & BARROS (orgs). **Novo Manual de Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2008.

RABINOW, Paul. O conceito de Biopoder hoje. In: **Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais**. João Pessoa, nº 24, abril de 2006, UFPB (2007).

THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra - séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VASCONCELOS, Edson Peixoto de. **Em terra de leigo quem é higienista é rei: genealogia do olhar médico social na Paraíba**. João Pessoa: Dissertação de

mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 2008.

VASCONCELOS, Edson Peixoto de. **Michel Foucault: o fazer das lutas e das guerras**. João Pessoa: Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da UFPB, 2005.

**Nota do Editor:**

*Submetido em 06 jul. 2010. Aprovado em 30 nov. 2010.*

*Prima Facie*, 2009, jul-dez. Edição publicada em março de 2011.

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/index>